



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

029

31
m

RECURSO DE AGRAVO Nº 192564-6/01

AGRAVANTE: UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A

AGRAVADO: HORACINA MOSTAERT

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

P.
5169

EMENTA: Civil e Processual Civil – Expurgos Inflacionários – Caderneta de Poupança – Recurso de Agravo – Decisão Monocrática Terminativa – Apelação Cível – Comprovação nos autos da existência e titularidade da conta poupança – Inteligência jurisprudencial – Aplicação do Art. 557 do CPC - O presente recurso não trouxe novos argumentos que tivessem o condão de modificar a decisão vergastada – Recurso não provido – Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 192564-6/01, tendo como agravante UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A e agravada HORACINA MOSTAERT, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo na conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 11/12/2009


Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

030
32
M

RECURSO DE AGRAVO Nº 192564-6/01

AGRAVANTE: UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A

AGRAVADO: HORACINA MOSTAERT

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

RELATÓRIO:

O UNIBANCO – União dos bancos Brasileiros S/A., agrava da decisão monocrática terminativa proferida por este Relator que, negou seguimento ao recurso de Apelação Cível nº 192564-6, interposto pelo agravado contra Horacina Mostaert.

Primeiramente, requer a advogada do agravante que toda e qualquer intimação nos auto seja feita única e exclusivamente na pessoa da Bela. Tânia Vainsencher, OAB/PE 20.124.

No mais, requer o banco agravante a reforma da decisão guerreada aduzindo que ao aplicar o Art.557 do CPC, o relator prejudicou seu direito de defesa, sem apresentar uma fundamentação consistente acerca de tê-lo julgado em conformidade com a jurisprudência dominante do STJ. No mais, traz as mesmas alegações apresentadas no recurso de apelação, buscando reformar a decisão guerreada no tocante a polêmica da ausência dos extratos, que poderá obrigar o agravante indenizar quem nunca foi titular das contas poupança.

Era o importante a relatar.

Recife,

11/12/2007

Des.Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

031 / 33
m

RECURSO DE AGRAVO Nº 192564-6/01

AGRAVANTE: UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A

AGRAVADO: HORACINA MOSTAERT

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO:

Segue a decisão vergastada:

" Trata-se de Recurso de Apelação Cível proposto pelo Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S/A buscando a reforma da sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança, proposta por Horacina Mostaert contra si e contra o Banco Banorte S/A, que julgou parcialmente procedente os pedidos requeridos na peça inicial condenando o Banco Banorte unicamente a exibir os extratos da conta poupança de titularidade da autora, e o Unibanco a pagar ao autor, em relação às cadernetas de poupança de sua titularidade, as diferenças da correção monetária resultantes da aplicação dos seguintes índices: 26.06%, referente a junho/julho de 1987, 42,72% em janeiro de 1989, devendo incidir sobre tais diferenças a correção monetária incidente a partir da data de aniversário de cada conta, até a efetiva liquidação, pela Tabela do Encoge, além de juros remuneratórios e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, estes a partir da citação. Também condenou a parte ré ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas processuais, devendo cada parte arcar com os honorários de seus patronos, em razão da sucumbência recíproca. fls.174/177.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

032 / 34
m

Requer a parte apelante a reforma do julgado, inicialmente, reiterando as razões do agravo de instrumento quanto a impossibilidade apresentar os extratos bancários, como determinado em sentença. Suscita, ainda, as preliminares de ilegitimidade passiva ad causam para aplicação da correção em relação aos meses reclamados e da ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação. No mérito, requer a reforma do julgado aduzindo não existir direito adquirido à atualização monetária, além dos Planos Econômicos decorrerem de atos de Estado, sendo juridicamente legítima a alteração do regime monetário das contas e, sendo assim, injusto imputar às instituições financeiras por eventuais expurgos. Aduz, ainda, a prescrição dos juros remuneratórios e da correção monetária (fls.180/201).

Não foi apresentado recurso do Banco Banorte S/A.

Contra-razões apresentadas às fls.208/216, pugnando pelo não provimento do recurso.

Presentes os requisitos de admissibilidade.

É o Relatório. Decido.

Quanto a reiteração das razões do Agravo de Instrumento, em relação a impossibilidade da apresentação dos extratos da conta corrente, não houve prejuízo a parte apelante. Além do mais é jurisprudência pacífica desta Corte da obrigatoriedade da apresentação dos mesmos pela instituição creditícia, face a incidência da legislação consumerista sobre a relação (banco x correntista):

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA PARA COBRANÇA DAS CORREÇÕES DOS PLANOS ECONÔMICOS NAS CADERNETAS DE POUPANÇA. DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUANDO LATENTE O PERECIMENTO DO PRÓPRIO DIREITO DE AÇÃO. CABIMENTO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DO



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvia de Arruda Beltrão

033
35
m

CONSUMIDOR. APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. OBRIGATORIEDADE. 1. É latente a possibilidade de não se seguir adiante com a ação originária e com a consequente comprovação do direito do Autor desta, ou seja, existe grande probabilidade de perecimento da própria pretensão. 2. A instituição financeira tem obrigação de apresentar os «extratos» bancários de seus clientes, levando-se em conta que nas relações bancárias aplicam-se as regras do CDC. 3. Correta é a decisão de primeiro grau que inverteu o ônus da prova. Agravo de Instrumento Improvido. (Agravo de Agravo de Instrumento nº 175676-7, Relator: Francisco Manoel Tenório dos Santos, Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível, Data do Julgamento: 26/03/2009).

DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS PARA EFEITO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS DECORRENTES DE PLANOS ECONÔMICOS - EXTRATOS DE POUPANÇA - DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS - LEGALIDADE, MORMENTE QUANDO A PARTE COMPROVA A EXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - INTELIGÊNCIA DO ART. 355 E SS. DO CPC E DO ART. 6º, III, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PRECEDENTES DO TRIBUNAL - MANUTENÇÃO IN TOTUM DA DECISÃO IMPUGNADA - AGRAVO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME (Agravo de Instrumento nº 164544-3, Relator: Des. Eloy D'Almeida Lins, Órgão Julgador: Quarta câmara Cível, Data do Julgamento: 25/09/2008).

Quanto à ilegitimidade passiva do banco apelante para aplicação de correção em relação aos meses reclamados pelo apelado, correta a sentença que, ao enfrentar essa mesma preliminar, entendeu que, comprovado ser o banco apelante o depositário dos valores pleiteados nos autos, deve o mesmo responder por eventual diferença em relação aos mesmos.

Explicita-se que a atualização monetária deve incidir sobre os valores não excedentes, não transferidos para o Banco Central, sendo, portanto, as instituições financeiras depositárias responsáveis pela atualização monetária dos saldos de caderneta de poupança.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

Sobre este ponto é bastante esclarecedor o voto do Min. Teori Albino Zavascki, no julgamento do Resp nº REsp 544942 / SE, publicado no DJ 10/11/2003 p. 168:

"Quanto ao mérito, observa-se que, a partir de 15 de março de 1990, a relação jurídica derivada de contrato de poupança existente entre a instituição financeira depositária e o depositante foi alterada sobremaneira pela edição da Medida Provisória nº 168/90, posteriormente convertida na Lei 8.024/90. Pela nova sistemática de remuneração das cadernetas de poupança fixada pela referida norma, estabeleceu-se que: a) os saldos de cadernetas de poupança, dentro do limite de NCZ\$50.000,00 seriam "convertidos em cruzeiros na data do próximo crédito de rendimento" (art. 6º); b) o excedente àquele valor foi compulsoriamente transferido para o Banco Central do Brasil, ficando os bancos depositários privados da disponibilidade do ativo financeiro, nos termos do art. 9º; c) os rendimentos dos depósitos passaram a ser atualizados pela variação do BTN fiscal, a teor do art. 6º, §2º; d) a liberação dos recursos ocorreria em parcelas mensais após o decurso do prazo de retenção (art. 6º, 1º).

Como se vê, a partir da retenção dos ativos financeiros, ficou o banco depositário privado do poder de gestão e disponibilidade do montante superior a NCZ\$50.000,00, deixando, a fortiori, de ser responsável pelos juros e pela atualização do valor monetário, haja vista a sua transferência para o Banco Central efetivada após a data em que creditados os próximos rendimentos. Assim, embora o novo regramento tenha imposto, de imediato, a indisponibilidade dos valores depositados, a transferência dos recursos para a autarquia federal somente ocorreu na data em que creditados os próximos rendimentos pela instituição financeira depositária. Desta forma, as cadernetas de poupança com data de aniversário na primeira quinzena de março deveriam ser atualizadas pela correção integral do mês de abril de 1990, calculada pelo IPC de março, no percentual de 84,32% (Lei nº 7.730/89, art. 17, III), apurado até o término de sua primeira quinzena, incidindo sobre o total dos valores depositados, que após a atualização foram transferidos ao BACEN. Contudo, em relação às contas cujo aniversário deu-se na segunda quinzena de março de 1990, foram creditados rendimentos relativos ao IPC de fevereiro de 1990 no percentual de 72,78%, apurado no período entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro, e, em seguida foram transferidas para o Banco Central. Nos meses seguintes à transferência, adotou-se o BTN



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Justiça

Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

Fiscal, no cálculo da correção das cadernetas de poupança das contas à disposição do BACEN, ex vi do art. 6º, § 2º, da Lei 8.024/90.

Em relação ao reajuste das contas após a retenção dos saldos de caderneta de poupança, os seus titulares pretendem receber a diferença verificada entre o crédito da correção monetária aplicada nas contas (BTNF) e àquele apurado pelo índice do IPC, surgindo dúvida acerca da responsabilidade pela atualização de tais aplicações, já que, não obstante tenha sido mantida a relação jurídica de direito material consubstanciada no contrato de caderneta de poupança celebrado entre o poupador e a instituição financeira depositária, o saldo de depósito de poupança foi transferido para o Banco Central, que passou a possuir a fruição do numerário bloqueado.

Com o intuito de dirimir a controvérsia surgida, a Corte Especial deste STJ, no julgamento do ERESP 167.544/PE, CE., Min. Eduardo Ribeiro, publicado no DJ de 09.04.2001, consagrou entendimento no sentido de que, nos termos da MP 168/90, a transferência dos saldos de cruzeiros novos não convertidos (quantias superiores a cinquenta mil cruzados novos) para o Banco Central se verificou na data do primeiro aniversário de cada conta, ou seja, no dia do creditamento do rendimento posterior ao bloqueio. Assim, as instituições financeiras depositárias são responsáveis pela atualização monetária dos saldos de caderneta de poupança bloqueados cujas datas de aniversário são anteriores à transferência dos saldos para o BACEN. Recai sobre o BACEN a responsabilidade sobre os saldos das contas que lhe foram transferidas, com o creditamento da correção monetária havida no mês anterior já efetivado pelo banco depositário, que passaram a ser corrigidas pela autarquia a partir de abril de 1990, quando já iniciado o novo ciclo mensal. Neste sentido: RESP 337.021/RJ, 1ª S. Min. Eliana Calmon, DJ de 14.10.2003; AGRESP 206.040/RJ, 1ª T., Min. Francisco Falcão, DJ de 16.09.2002; AGRESP 379.712/RS, 2ª T., Min. Paulo Medina, DJ de 19.05.2003; EDEDRESP 124.675/SP, 4ª T., Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 02.06.2003.

No caso dos autos, seguindo orientação firmada pela Corte Especial, quanto às contas com data-base na primeira quinzena referente ao mês de março de 1990, fica reconhecida a responsabilidade dos bancos depositários para ressarcimento dos expurgos inflacionários das cadernetas de poupança a incidir sobre os saldos das contas que excederam a NCZ\$ 50.000,00, que somente foram colocados à disposição do BACEN após a sua atualização. Por sua vez, a autarquia recorrente responde pela



036 / 38 m

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Justiça

Gabinete Des. Sílvia de Arruda Beltrão

correção monetária do mês de março de 1990 em relação às contas com aniversário na segunda quinzena, assim como pelos meses posteriores à transferência do numerário".

Quanto a ausência de documento indispensável à propositura da ação, o STJ já pacificou o entendimento de que os extratos da alegada conta poupança são desnecessários à propositura da ação, como se vê nos julgados colacionados:

"PROCESSUAL CIVIL. CRUZADOS BLOQUEADOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. EXTRATOS DAS CONTAS. DOCUMENTOS DISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. PRECEDENTES.

1. Nas demandas que visam à correção monetária das cadernetas de poupança, os extratos das respectivas contas não constituem documentos indispensáveis à propositura da ação. Nada impede que, em casos tais, os fatos da causa sejam comprovados no decurso regular da instrução processual por todos os meios de prova que a lei faculta. Precedentes jurisprudenciais.

2. Recurso especial a que se dá provimento". (REsp 1036430 / SP, Relator: Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, Órgão Julgador: Primeira Turma, Data da Publicação: 14/05/2008)

"PROCESSUAL CIVIL. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. CADERNETAS DE POUPANÇA. CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS.

I - A prova da existência de saldo positivo nas contas com depósito em cruzados novos bloqueados não configura documento indispensável à propositura da ação em que se postula o recebimento dos chamados expurgos inflacionários decorrentes da edição de planos econômicos.

II - Nas instâncias ordinárias, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, à míngua de documentos indispensáveis à propositura da ação, deve ser precedida de oportunidade para suprimimento da falta". (REsp 215461 / SC, Relator: Min. Paulo Galotti, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data da Publicação: DJ 19/06/2000 p. 133)

No mesmo sentido, dentre vários: REsp 143586 / SC, Resp 146734/PR, Resp 421956/RJ.

No tocante a prescrição dos juros moratórios, tratam-se de acessórios do débito principal e também são devidos. Posicionamento firmado pelo STJ:



037 / 39 m

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Justiça

Gabinele Des. Sílvia de Arruda Beltrão

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SUCESSÃO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE QUESTÕES FÁTICO-PROBATÓRIAS. SÚMULAS N. 282 E 356-STF E 7 E 211-STJ. INCIDÊNCIA. CADERNETAS DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO.

I. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo" - Súmula n. 211-STJ.

II. Necessidade, ademais, de incursão nos elementos probatórios dos autos para concluir pelo desacerto da decisão recorrida a respeito da inexistência de sucessão entre as instituições financeiras contratante e recorrente. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

III. A prescrição dos juros devidos pelas aplicações em cadernetas de poupança é vintenária. Precedentes.

IV. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 905994 / PR, Relator: Min. Aldir Passarinho Júnior, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data da Publicação: DJ 14/05/2007 p. 328)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA - CADERNETA DE POUPANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - ABRIL DE 1990 - LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA - ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ - AGRAVO IMPROVIDO. (AgRg no AgRg no Ag 1058710 / SP, Relator: Massami Uyeda, Órgão Julgador: Terceira Turma, Data da Publicação: DJe 16/06/2009)

Quanto ao mérito, palmilhou a sentença o direcionamento já apontado pelo STJ que, para o cálculo da correção monetária, para efeito de atualização das cadernetas de poupança iniciadas e renovadas nos períodos reclamados, aplicam-se índices diversos daqueles praticados pelas instituições financeiras.

Por tudo o exposto, com fulcro no Art. 557 do CPC, por estar em confronto com a jurisprudência desta Egrégia Corte e do Superior Tribunal de Justiça, NEGOU seguimento ao recurso".



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

038 / 40
m

Seguindo a ordem dos requerimentos, determino a Diretoria Cível que altere nos dados da distribuição dos autos, o nome do procurador do agravante, fazendo constar o nome e número da Ordem da Bela. Tânia Vainsencher, OAB/PE 20.124.

No mais, como visto a decisão agravada, procurou harmonizar-se com as inúmeras decisões proferidas pelos Tribunais Pátrios e, em especial, pelo STJ, aplicando, conseqüentemente, o disposto no Art. 557 do digesto processual.

Esse dispositivo, antes de tolher os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, alegados pela agravante, dá ao relator poder de conferir à parte prestação jurisdicional equivalente à que seria concedida acaso o processo fosse julgado pelo órgão colegiado(RF 372/301), desta forma efetivando a razão de ser do referido artigo, qual seja promover a agilidade processual e desobstruir as pautas dos Tribunais.

Sendo a referida matéria exaustivamente discutida e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, ao se dar seguimento a um recurso de apelação em confronto com sua dominante jurisprudência, estar-se-ia afrontando ao princípio da uniformização da jurisprudência, eternizando-se as discussões meritórias, e contra tal quadro, hoje se insurgem todas as vertentes da sociedade, visto as inúmeras exigências de presteza e agilidade na prestação jurisdicional que chegam ao Poder Judiciário, seja pela simples petição do jurisdicionado, seja pela amplificação desse anseio via imprensa.

Portanto, não aplicar o aqui tão criticado dispositivo processual, seria o mesmo que estar indiferente a tais anseios e necessidades.

No entanto não me furto a esclarecer quanto a polêmica dos extratos. Alega o agravante a inexistência de documentos datados àquela época e que não se pode inverter automaticamente o ônus da prova. Na verdade, tanto a sentença, como a decisão terminativa vergastada constatarão a existência de documentos juntados pela parte autora, ora

9



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

039
41
mu

agravada, que comprovam não só a titularidade da conta, como a existência de valores nas contas de caderneta de poupança, fls. 10/18.

E como já dito, a jurisprudência não só deste Tribunal como do STJ admitem a inversão do ônus da prova, em face da relação consumerista existente entre o poupador e o banco:

"(...)5. É aplicável a regra da inversão do ônus da prova, contida no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, na relação jurídica existentes entre o poupador e as instituições financeiras. Precedentes da Primeira Turma do STJ. (REsp 829159 / RJ, Relatora: Ministra Eliana Calmon, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data da Publicação: DJe 18/04/2008)

Não tendo o presente recurso trazido novos argumentos que tivessem o condão de modificar a decisão agravada, NEGO provimento ao recurso. É como voto.

Recife, 11/12/2009

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator